

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

Coordenadora

Prefácio

Eliseu Padilha

Apresentação

Rogério Simonetti Marinho

NOVO MARCO LEGAL DO
SANEAMENTO BÁSICO
POR QUEM FEZ

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1227/22

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N945	Novo Marco Legal do Saneamento Básico: por quem fez / coordenado por Veronica Sánchez da Cruz Rios. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
	220p.; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-386-3
	1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Regulação. 4. Infraestrutura. 5. Políticas Públicas. 6. Saneamento Básico. I. Título.
2022-1328	CDD 342 CDU 342

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIOS, Veronica Sánchez da Cruz (coord.). *Novo Marco Legal do Saneamento Básico*: por quem fez. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 220p. ISBN 978-65-5518-386-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

UMA LONGA, DESAFIADORA E GRATIFICANTE JORNADA

Eliseu Padilha15

APRESENTAÇÃO

UM MARCO CIVILIZATÓRIO

Rogério Simonetti Marinho19

COMO TUDO COMEÇOU

Martha Seillier23

Referências37

HISTÓRICO DO SANEAMENTO NO BRASIL:
O TEMPO QUE PERDEMOS?

Irene Guimarães Altafin39

1 Introdução39

2 O reordenamento do setor na década de 197041

3 O longo vazio institucional42

4 A Lei nº 11.445/2007 e suas Diretrizes Nacionais para o Saneamento
Básico44

5 Dez anos da lei e as necessidades de um reordenamento46

6 Considerações finais48

Referências48

TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL E OS BASTIDORES
DO NOVO MARCO LEGAL

Mariangela Fialek51

1 MP nº 844/2018 e MP nº 868/201851

2 Pandemia da COVID-19 e retomada das discussões53

3 Sanção da Lei nº 14.026/2020 e Vetos Presidenciais55

4 Manutenção dos Vetos Presidenciais - Veto nº 30/2020 - Saneamento...57

5 Considerações finais58

6 Histórico da tramitação legislativa59

Referências59

A REALIDADE SOBRE OS SUBSÍDIOS NAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

Cíntia Leal Marinho de Araújo	61
1 Introdução.....	61
2 Subsídios no setor de saneamento básico e o paradigma legal-regulatório.....	62
2.1 Subsídios no setor do Saneamento	62
2.2 Histórico dos Subsídios no saneamento	63
2.3 A mudança de paradigma legal trazida pela Lei nº 14.026/2020.....	68
2.4 A Teoria Microeconômica por trás do subsídio	70
2.5 Mercado, os agentes econômicos, as relações de oferta e demanda, a restrição orçamentária e a eficiência econômica.....	71
3 Regulando Monopólios.....	78
4 Discussão dos casos dos tipos de subsídios no setor de saneamento básico no Brasil.....	81
5 Considerações finais.....	87
Referências	88

O FEDERALISMO COOPERATIVO SOB A ÓPTICA DO NOVO MARCO DO SANEAMENTO

Ana Carolina Tannuri Laferté, Rafaella Peçanha Guzela	89
1 Introdução.....	89
2 Federalismo e repartição de competências	91
3 A repartição de competências constitucionais em matéria de saneamento	93
4 O NMSB e o federalismo de integração	95
5 A constitucionalidade do novo marco segundo o STF	102
6 Conclusões finais.....	108
Referências	109

O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Veronica Sánchez da Cruz Rios	111
1 Introdução.....	111
2 Desafios a superar.....	113
3 Ineficiência do setor.....	114
4 Uniformização da regulação do setor de saneamento básico	114
5 Arranjo federativo complexo	116
6 Investimentos no setor	117
7 O que motivou a edição do novo marco legal	118

8	Pilares do novo marco legal e principais objetivos	119
8.1	Segurança jurídica.....	119
8.2	Uniformização da regulação	123
8.3	Abertura de mercado e ampliação da concorrência.....	125
8.4	Contratos de programa	127
8.5	Outras medidas trazidas pelo novo marco legal.....	128
9	Considerações finais	129
	Referências	130

REGULAMENTAÇÃO DO NOVO MARCO LEGAL

	Helena Buys Gonçalves R. F. da Silva	133
1	Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 – Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB)	134
2	Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020 – Apoio técnico e financeiro da União.....	136
3	Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021 – Metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de saneamento	143
	Referências	151

ON OVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO À LUZ DA REGULAÇÃO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

	Christianne Dias Ferreira	153
1	Introdução	153
2	Regulação pela ANA	154
3	Da titularidade dos entes federativos	157
4	Conclusão.....	163
	Referências	165

A BUSCA PELA UNIVERSALIZAÇÃO: PRESTAÇÃO REGIONALIZADA, POR QUÊ?

	Rafaella Peçanha Guzela	167
1	Introdução	167
2	Moldura normativa: prestação regionalizada sob a óptica do novo marco	169
3	Prestação regionalizada: reconfiguração do conceito de regionalização	171
4	Sustentabilidade econômico-financeira: prestação regionalizada como meio de viabilizar a universalização	174

5	Federalismo cooperativo: prestação regionalizada como meio de planejamento integrado	177
6	Concentração de titularidades: prestação regionalizada como meio de reduzir os custos de transação	180
7	Considerações finais	182
	Referências	183

PROJETOS REGIONAIS DE SANEAMENTO: A EXPERIÊNCIA DA ESTRUTURAÇÃO

	Luciene Ferreira Monteiro Machado	185
1	Introdução	185
2	O novo marco legal: a regionalização como caminho para a universalização dos serviços	188
3	Experiências na estruturação de projetos regionais	191
3.1	A estruturação de projetos de saneamento no BNDES	191
3.2	As fases de estruturação de um projeto de saneamento	192
4	<i>Pipeline</i> de estruturação de projetos de saneamento	193
4.1	O caso de Alagoas	197
4.2	O caso do Amapá	202
5	Lições aprendidas	206
6	Considerações finais	207
	Referências	209
	SOBRE AS AUTORAS	211